



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
 Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
 Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Questão agrária, urbana e ambiental

O território na Política Nacional de Assistência Social: Algumas aproximações sobre o processo de expropriação de territórios no contexto capitalista

Jhon Lenon Jardim da Silva¹
Maria Helena Cariaga²

Resumo: Este artigo apresenta uma breve reflexão sobre o processo de expropriação dos territórios no contexto capitalista, colaborando para um debate na teoria social crítica, fortalecendo essa discussão na produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro. Como objetivo geral, abordamos um debate com aproximações teóricas sobre o território na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Como metodologia, utilizamos da pesquisa bibliográfica e documental, apoiada em uma abordagem qualitativa. Realizamos um levantamento de artigos científicos publicados em periódicos no âmbito nacional. Como resultados, buscamos na literatura autores como Marx (2013) e Harvey (2003). Consideramos que o Serviço Social brasileiro diante do avanço do ultraconservadorismo, da precarização do Ensino, Pesquisa e Extensão apresenta perspectivas na direção da contribuição marxista, apoiada nas diretrizes curriculares da ABEPSS (1996).

Palavras-chave: Território. Assistência Social. Expropriação.

The territory in the National Social Assistance Policy: Some thoughts regarding the process of the expropriation of territories in a capitalist context

Abstract: This article presents a brief reflection on the process of expropriation of territories in the capitalist context, contributing to a debate in critical social theory, strengthening this discussion in the production of knowledge in Brazilian Social Work. As a general objective, we approach a debate with theoretical approaches about the territory in the National Social Assistance Policy (PNAS). As a methodology, we used bibliographical and documentary research, supported by a qualitative approach. We carried out a survey of scientific articles published in journals nationwide. As a result, we searched the literature for authors such as Marx (2013) and Harvey (2003). We consider that the Brazilian Social Service, in the face of the advance of ultra-conservatism, the precariousness of Teaching, Research and Extension, presents perspectives in the direction of the Marxist contribution, supported by the curricular guidelines of ABEPSS (1996).

Keywords: Territory. Social assistance. Expropriation.

¹ Assistente Social formado pela Universidade Paulista (UNIP) (2020). Especialista em Gestão Pública pela Faculdade Educacional da Lapa (2021). Mestrando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (PPGSSocial/UFT). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: jhonlenonbb12@gmail.com.

² Assistente Social formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (1983). Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2011). Pós-Doutorado pelo PPG de Política Social da Universidade de Brasília (UnB) (2020). Professora associada no curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: mhcarriaga@mail.uft.edu.br.

INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta reflexões acerca do processo de expropriação dos territórios no contexto capitalista, colaborando para um debate na teoria social crítica, fortalecendo esta discussão na produção de conhecimento no campo do Serviço Social brasileiro. Como ponto de partida, destacamos uma aproximação a categoria território em uma das políticas públicas que formam o tripé da Seguridade Social, como apresenta a Constituição Federal de 1988. Não obstante, este texto é resultante da disciplina Estado e direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, do Curso de Mestrado em Serviço Social, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (PPGSSocial-UFT), que visa fortalecer o debate na contemporaneidade, trazendo elementos que contribuam para uma análise marxista, apoiada ao pensamento crítico. Sinalizamos, que cotidianamente a Educação vem sofrendo os rebatimentos desse (des)governo bolsonarista. Dificultando o (des)financiamento das políticas educacionais no contexto atual, colaborando para um processo cada vez mais neoliberal. É impossível não destacar os retrocessos deixados por este (des)governo, principalmente, no âmbito das políticas públicas sociais.

Nesse processo, como análise desta reflexão na hegemonia do pensamento crítico, focamos na categoria território, uma vez que, vem sendo tensionada no campo do Serviço Social como categoria de estudo. É importante pensarmos que cada vez mais a profissão de Serviço Social avança no que diz respeito ao processo acadêmico e científico na atualidade, dado isso, podemos visualizar o amplo campo de estudos destes profissionais, articulando com as diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Para Guerra (2009), a pesquisa social vem sendo elemento constitutivo do(a) assistente social no sentido de compreensão da realidade social, pois é impossível não estudar a realidade sem materializar um estudo efetivamente do movimento histórico, buscando compreender os fenômenos sociais, bem como as expressões da questão social. De acordo com Sposati (2007, p. 17) “[...] a pesquisa torna-se disciplina obrigatória na formação profissional dos assistentes sociais somente em 1982”. É nessa direção que compreendemos que historicamente o Serviço Social vem se consolidando enquanto uma profissão interventiva. E, não deixa de contribuir a partir de suas ricas contribuições teóricas e práticas, fortalecendo uma atuação pautada na perspectiva crítica, em defesa

do projeto ético-político.

Em decorrência do território, para Andrade (2012, p. 18,) “[...] a produção social do espaço, sob a hegemonia do capital, se encontra alicerçada no processo altamente socializado e, contraditoriamente, na forma de apropriação privada e grandemente desigual desse mesmo espaço”. É significativo pensar que este trabalho traz como categoria de análise o território. Buscamos nos aproximar dos autores que dialogam sobre o processo de mercantilização dos territórios, a partir da Política Pública de Assistência Social. Aliás, na atualidade, precisamos compreender que o território vai para além de um espaço geográfico, legitimado como um local permeado de subjetividades e particularidades. Como delimitação desse estudo, buscou-se situar este estudo na Assistência Social, que historicamente surge diante de um processo intenso de industrialização, porém, como um viés ideológico de cunho filantrópico, não sendo nesse momento operacionalizada como política pública. Contudo, não pretendemos estender o debate sobre a política nacional de assistência social, mas trazer alguns apontamentos centrais para pensar como se organizou esta política no campo da proteção social. É a partir da Constituição Federal de 1988, que a assistência social passa a ser consolidada como Política Pública com base no sistema de seguridade social.

Nesse sentido, por último, mas não menos importante, em um tópico deste trabalho, faremos uma breve apresentação sobre o processo de expropriação que é marcado por profundas reflexões de um longo caminho de contradições sociais. Que é o ponto de partida para pensar como a sociedade capitalista se organizou em seu movimento dinâmico. Contudo, isso só é possível a partir dos valiosos estudos de Karl Marx, em ‘O capital: crítica a economia política’, especificamente no capítulo 24. Salientamos, que este capítulo possibilita um profundo debate, pois traz um estudo sobre os processos sociais, assim, alguns autores discorrem que essa obra tem uma marca de historicidade muito forte, pois demarca uma crítica a acumulação primitiva, em decorrência do tempo, não poderíamos deixar de pensar que Marx estava criticando a economia inglesa clássica, (FONTES, 2020). Para atingirmos o objetivo deste texto, buscamos aprofundar o estudo sobre o processo de expropriação dos territórios no contexto capitalista, para pensar como os territórios podem influenciar nas relações subjetivas e objetivas da vida humana. Dessa forma, nos aproximamos do método de

materialismo histórico e dialético, uma vez que, este método contempla a reflexão presente. Segundo Paulo Netto (2011), é uma forma de analisar o movimento histórico da existência real, ou seja, ressignificando as determinações históricas. Não obstante, é impossível não realizar uma leitura da realidade social, sem se aproximar dos processos contraditórios da sociedade capitalista. Para Pimentel e Silva (2019, p. 49) baseado em uma perspectiva marxiana, a autora assinala que “[...] o método em Marx é, sobretudo, uma posição ético-política de superação das contradições capitalistas. [...]” (PIMENTEL E SILVA, 2019, p. 49). Ainda assim, para Menezes (2022) a categoria é historicamente determinada que emana da existência de um fenômeno social. A partir disso, podemos concluir que a categoria se expressa na realidade social, portanto, é um caminho de reflexão crítica, teórica e prática. Por isso, o autor discorre que, “[...] é o conjunto de características constitutivas da coisa ou fenômeno social (relação social).” (MENEZES, 2022, p. 251). Segundo Lima e Miotto (2007) a pesquisa pode ser apreendida à luz da “[...] realidade social dinâmica, contraditória, histórica e ontológica”. (LIMA; MIOTO, 2007, p. 39).

Para Gil (2002) a pesquisa bibliográfica viabiliza um conjunto de estudos já em desenvolvimento, que pode ser apreendido a partir de algum material já publicado como em “livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44). Nessa mesma linha, Lima e Miotto (2007, p. 38), compreendem que “[...] a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca de soluções”. Dessa forma, para dar consistência teórica nesse estudo, resolvemos trilhar este caminho. Em se tratando da pesquisa documental, na linguagem de Gil (2002, p. 45), são “reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. Ademais, geralmente são documentos oficiais, com fonte rica e confiável de dados. (GIL, 2002, p. 46). Este estudo está apoiado em uma abordagem qualitativa, que de acordo com Luke e André (1986) pontuam que a utilização do espaço pode ser um elemento de estudo. Em decorrência da investigação do pesquisador, buscamos por um referencial de estudos que dialogam sobre o território na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com base nisso, foi realizado uma investigação para analisarmos como está a literatura sobre a temática. Possibilitaremos uma discussão contemporânea, apresentando elementos que subsidiarão a produção teórica dos pesquisadores. Não obstante, este estudo é resultado de algumas leituras

realizadas na disciplina supracitada para pensar o processo de expropriação no presente momento, além disso objetivar como a sociedade é dinâmica e compreender os espaços físicos como um espaço de construção das particularidades dos usuários.

TERRITÓRIO E AS DETERMINAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS: UMA BREVE APROXIMAÇÃO TEÓRICA

O território³ deve ser compreendido em diferentes concepções à luz da tradição marxista. Mas, neste artigo, buscamos nos atentar a apresentar contribuições teóricas que trazem uma discussão sobre o território, e como esses territórios podem apresentar elementos das contradições sociais, na realidade dos(as) usuários(as), principalmente, os desafios advindos da sociedade capitalista. Iamamoto (2001), contribui que esta relação capitalista é resultante dos processos contraditórios da sociedade capitalista. Nessa perspectiva, evidentemente na compreensão da tradição marxista, acreditamos que esse movimento das relações capitalistas contribui nas relações sociais, por isso a autora discorre que essa forma econômica do “[...] regime capitalista de produção é tanto um processo de produção das condições materiais da vida humana” (IAMAMOTO, 2001, p. 21). Karl Marx (1818-1883), não discutia especificamente a categoria território, todavia, traz algumas aproximações teóricas em seus estudos, que nos faz interpretá-la como território *tempo-espaço*. Nessa lógica, o filósofo revolucionário vai discorrer o território como tempo e espaço a partir de algumas reflexões em ‘*O Capital*’, da crítica da economia política, pois na análise do autor, existe uma conexão com o mercado, viabilizando uma discussão como o território (espaço) é tratado no sistema capitalista. É necessário, antes de tudo, contextualizar um debate como a sociedade se organizou, enfatizando alguns elementos históricos.

Em decorrência deste cenário, a consolidação do capitalismo, surge a partir de um longo processo da Revolução Industrial, na Inglaterra, no século XVIII, com caminhos permeados de precarização da vida humana, devido ao avanço tecnológico no que diz respeito aos meios de trabalho. Nesse contexto, com as novas configurações do trabalho, podemos compreender que para Marx (2013) o trabalho é atividade humana

³ De acordo com Lima (2020, p. 21), “[...] A contribuição teórica sobre o conceito de território suscita debates e distintas reflexões com possibilidades de aprofundar o conhecimento acerca de concepções, perspectivas interpretativas, avanço e limites ou reduções quando utilizado”.

vital. Não temos a pretensão de levantar um debate sobre a categoria trabalho, mas, contribuir como o trabalho está intrinsecamente na produção e reprodução do sistema capitalista, enraizado no cotidiano da vida humana. Nesse caminho, retornando ao debate sobre o território em si, compreendemos o território não sendo somente como um espaço geográfico, mas sim situado nos processos sociais do sistema capitalista. Aliás, não podemos deixar de refletir, que o território vem sendo compreendido a partir de uma direção [...] na dimensão histórica o território tem sido pensado, demarcado e permeado por relações de poder.” (LIMA, 2020, p. 22). Ora, esta exposição da pesquisadora, apresenta que historicamente o território vem sendo demarcado pelo capitalismo, em especial, no processo de apropriação dos espaços. Visto que, nos estudos de Karl Marx, podemos analisar veemente como os territórios foram usados pelos capitalistas no período de transição do sistema feudal para o sistema capitalista.

Para pensar este processo de expropriação dos territórios no contexto capitalista, nos aproximamos de uma exposição de como ocorreu esse cenário na história da sociedade, em especial, na acumulação primitiva. Karl Marx (2013, p. 786) aponta esta categoria para fazer a crítica do processo de transição entre o modelo feudal para o capitalismo. É evidente que isso representa o início da desapropriação dos territórios, ou seja, a população foi expulsa da terra, do espaço que ocupava como servo para a cidade, para vender a sua força de trabalho. Para o autor (2013)

“[...] o processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como "primitiva" porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde”. (KARL MARX, 2013, p. 515)

Todavia, em uma outra concepção o filósofo vai sintetizar que esse processo ocorre na medida em que na história da sociedade, há interesses dos capitalistas pela mão de obra barata, colaborando para a precariedade do trabalho na relação entre o capitalismo. Com isso, Marx (2013), evidencia que na,

“[...] história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas”. (KARL MARX, 2013, p. 516)

Não podemos perder de vista, que esses processos influenciaram diretamente as relações trabalhistas da classe trabalhadora. Harvey (2021, p. 82), vai apresentar que os capitalistas, em sua grande maioria tem como pretensão a superioridade do “[...] espaço para acumular grandes quantidades de riqueza e poder”. O autor reflete como os capitalistas pensam na riqueza, mercantilizando cada vez mais os espaços. Posteriormente, não poderíamos deixar de analisar que, em ‘O Capital’, no capítulo 24, Karl Marx (2013), vai discorrer que este momento foi demarcado por um período sangrento, pois ocorreu expulsão massivamente dos trabalhadores rurais. Portanto, precisamos levar em consideração, que nesse período, é importante pensar os territórios como mercadoria, uma vez que, um dos objetivos dos capitalistas eram se apropriar dos espaços dos camponeses rurais, tirando a chance de sobrevivência desses trabalhadores. Karl Marx (2013, p. 540), vai apresentar que,

Tão logo esse processo de transformação tenha decomposto suficientemente, em profundidade e extensão, a velha sociedade; tão logo os trabalhadores se tenham convertido em proletários, e suas condições de trabalho em capital; tão logo o modo de produção capitalista tenha condições de caminhar com suas próprias pernas, a socialização ulterior do trabalho e a transformação ulterior da terra e de outros meios de produção em meios de produção socialmente explorados – e, por conseguinte, em meios de produção coletivos –, assim como a expropriação ulterior dos proprietários privados assumem uma nova forma. Quem será expropriado, agora, não é mais o trabalhador que trabalha para si próprio, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores. (KARL MARX, 2013, p. 540).

Nessa primeira aproximação, nos colocamos na situação de apresentar uma breve narrativa de como ocorreu o processo de expropriação dos territórios (espaços), aproximando teoricamente da tradição marxista, uma vez que, esta obra de Karl Marx, nos possibilita profundas reflexões para compreender o movimento da realidade concreta. Na atualidade, este processo de expropriação se materializa, ainda com muita força na população indígena. O Estado que deveria intervir para minimizar essas violências,

muitas vezes age de forma autoritária, usando as forças oficiais para beneficiar a classe dominante. O próximo tópico vai trazer algumas aproximações teóricas para pensar o território como reprodução social na vida dos trabalhadores.

O TERRITÓRIO COMO PRODUÇÃO SOCIAL DO SER SOCIAL: ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO

Para Silva (2022, p. 95) “[...] a filosofia ontológica marxiana e lukacsiana entende o ser social como automediador da natureza em sua inserção nas relações sociais. O conhecimento do ser social é fundante e estruturante das relações causais”. Podemos analisar que a relação da produção social está inteiramente relacionada aos processos sociais da vida humana. Dessa maneira, buscando relacionar o território em um dado episódio da história da sociedade, é apontado como um local que demarca o começo de uma trajetória política, econômica e social de uma determinada sociedade. Pois, segundo Brasil (2008, p. 53) “os territórios são espaços de vida”, contribuindo para na relação da vida dos trabalhadores que vivem nos territórios das periferias. Nesse sentido, podemos situar que o espaço-tempo está inteiramente relacionado ao processo de produção e reprodução do sistema capitalista. Contudo, como aponta Harvey (2021), é impossível não descartar que com a mercantilização dos territórios, exprime cada vez mais os meios de produção do capitalismo. Por essa razão, Harvey (2021) evidencia que os:

[...] Aspectos desse problema estão embutidos na própria dinâmica do capitalismo. Uma vez que são incorporados investimentos à terra em determinado lugar, o capital precisa usá-los nesse lugar para que não sofram desvalorização. Investimentos para aumentar em escala espacial cada vez maior a fluidez do movimento do capital acabam constringendo seus movimentos no espaço. A anulação do espaço pelo tempo é um fenômeno importante no ímpeto para remodelar os tempos e espaços relativos do mercado mundial. Mas esse imperativo não implica necessariamente dispersão espacial, pois a aglomeração geográfica em determinados lugares pode ser igualmente eficaz. (HARVEY, 2021, p. 85-86)

É indispensável problematizar que para pensar o território como espaço, na linguagem de Lima (2020, p. 23), concordamos que “o território é construído com base na apropriação do espaço”. Em conformidade, a autora vai discorrer a partir da compreensão de Lima (2020 apud RAFFESTIN, 1993, p. 7-8),

O território [...] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há portanto, um ‘processo’ do território, quando se manifestam todas as espécies de relações do poder que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é viável mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias. (RAFFESTIN, 1993, p. 7-8)

Não poderíamos deixar de pensar o território no campo das políticas sociais, posto isto, porque, historicamente, podemos identificar o território sendo utilizado como espaços que são, muitas vezes onde vivem os usuários em situação de vulnerabilidade e risco social. Nesse sentido, Cariaga (2005, p. 66), vai apresentar um debate justamente na perspectiva de pensar “os territórios das redondezas da cidade, onde vivem as famílias pobres”. A autora, nos possibilita uma reflexão que vem sendo tensionada no campo dos territórios, oportunizando um estudo de como as pessoas que sobrevivem em condições precárias são vistas por esta sociedade capitalista. De acordo com Cariaga (2005), reflete que este processo está marcado por uma visão retrograda e conservadora da sociedade capitalista. Assim, para a autora,

“[...] Infelizmente, os pobres estão condenados, não são vistos como sujeitos de direitos, como pessoas que podem lutar com dignidade pelos seus sonhos, pela cidadania e pela autonomia. Há uma ideia geral de que é preciso ter cuidado para entrar nesses territórios. Mas, muitas vezes, essa ideia é fruto de exagero”. (CARIAGA, 2005, p. 66).

Há um debate em disputa pela (des)construção dessa ideia de pensar o território como espaços de desordem. A pobreza não pode ser vista como uma questão moral, e isso nos faz refletir de como a pobreza vem sendo imposta na sociabilidade capitalista, contribuindo para o agravamento das expressões da “questão social”. O autor Paulo Netto (2001) vai discutir que a pobreza não é algo novo, desde o surgimento a partir do desenvolvimento do capitalismo. Nessa esteira, analisamos que os territórios vêm sendo expropriados de uma maneira agressiva. Não é à toa que na compreensão de Marx (2013), o capitalismo é um processo sangrento, marcado na [...] história dessa existência expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo.” (KARL MARX, 2013, p. 515).

O TERRITÓRIO NA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: REFLEXÕES PARA O DEBATE

A Política de Assistência Social, juntamente da Saúde e Previdência Social fazem parte do Sistema de Proteção Social do Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988. Atualmente, mais conhecida como o tripé da Seguridade Social. Para refletir este processo, Sposati (1988), evidencia que na medida em que o Estado vai se responsabilizando pelas condições da reprodução da força de trabalho, começa a criar técnicas sociais no sentido de controlar as expressões da ‘questão social’, que na compreensão de Yamamoto (2001, p. 10) “[...] em perspectiva de análise distinta, a questão social enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais”. Não poderíamos deixar de analisar que a pobreza, na compreensão de Yazbek (2003) assinala que “[...] a pobreza é expressão direta das relações sociais vigentes na sociedade e certamente não se reduz às privações materiais. Alcança o plano espiritual, moral e político dos indivíduos submetidos aos problemas da sobrevivência”. Embora a autora retrate que a pobreza vai para além das coisas materiais, podemos compreender que este cenário demarcou a história do Brasil, contribuindo fortemente na precarização das relações sociais. Paulo Netto (2007) evidencia que a pobreza é o produto das contradições sociais do sistema capitalista

“[...] Nas sociedades em que vivemos - vale dizer, formações econômico-sociais fundadas na dominância do modo de produção capitalista -, pobreza e desigualdade estão intimamente vinculadas: é constituinte insuprimível da dinâmica econômica do modo de produção capitalista a exploração, de que decorrem a desigualdade e a pobreza. No entanto, os padrões de desigualdade e de pobreza não são meras determinações econômicas: relacionam-se, através de mediações extremamente complexas, a determinações de natureza político-cultural; prova-o o fato incontestado dos diferentes padrões de desigualdade e de pobreza vigentes nas várias formações econômico-sociais capitalistas [...]” (PAULO NETTO, 2007, p. 142).

Para Boschetti e Behring (2021), analisam que a política de Assistência Social no contexto de crise do capital representa uma perspectiva que muitas vezes acaba refletindo no seu funcionamento como direito social, sendo materializada como assistencialismo, mas isso ocorre devido o processo de precarização do serviço público. Diante de tal assertiva, as autoras discorrem que,

[...] O que se vislumbra é um processo acelerado e ampliado de assistencialização/assistencialismo voltado para o pauperismo absoluto, o que difere imensamente do direito à assistência social. Este último pode e deve compor uma política de seguridade social, fundada em trabalho estável com direitos, previdência e saúde públicas e universais. Como direito social, programas de “renda básica universal” podem complementar ou substituir temporariamente a perda de direitos do trabalho, mas jamais terão a capacidade de reduzir desigualdades no acesso à riqueza socialmente produzida. Sua expansão expõe, na verdade, a incapacidade do capitalismo de superar suas crises. (BOSCHETTI e BEHRING, 2021, p. 81).

Analisamos que este contexto de crise intensificou ainda mais o acesso na Política de Assistência Social. Porém, não podemos perder de vista que as políticas da seguridade social sofreram rigorosamente os impactos do antigo governo do ex-presidente da República. Partindo desta reflexão, é importante ressaltar que desde 2019, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) vem sofrendo com os processos de desarticulação e cortes orçamentários. Com esses (des)montes, podemos concluir que estes cortes influenciaram diretamente no aceleração da pobreza nos territórios, ocasionando um processo expressivo do ultraneoliberalismo que,

[...] é reforçado também por um reacionarismo violento — neofascista —, que se evidencia em discursos e ações de criminalização das lutas sociais e do pensamento de esquerda, que fortalece o negacionismo e persegue a autonomia da pesquisa, da formação e da produção de conhecimento, com ataques virulentos contra as universidades públicas. (BOSCHETTI e BEHRING, 2021, p. 73).

É necessário refletir que este processo do avanço do ultraneoliberalismo precariza cada vez mais os segmentos sociais, principalmente, porque em uma sociedade como no Brasil, identifica-se as expressões da questão social em diversos ambientes da sociedade brasileira. Esta exposição das autoras, nos apresenta que existe um projeto em disputa, colaborando para o extermínio da população pobre. Refletir sobre o território na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), inicialmente, é importante apresentar os avanços no que diz respeito a Constituição Federal de 1988. Não podemos perder de vista, que desde o processo de redemocratização, a CF-88, traz para a Política de Assistência Social uma nova roupagem. Sendo assim, utilizada no campo do direito social, em especial, na proteção social. Para a PNAS (2004, p. 32),

“[...] A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS em dezembro de 1993, como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. A LOAS cria uma nova matriz para a política de assistência social, inserindo-a no sistema do bem-estar social brasileiro concebido como campo do Seguridade Social, configurando o triângulo juntamente com a saúde e a previdência social”. (BRASIL, 2004, p. 32)

Compreendemos, que a Política de Assistência Social (PAS) é ofertada para a população que necessita dessa política não contributiva. Pois, as pessoas que necessitam da (PAS), geralmente são pessoas que na sua grande maioria vivem em condições precárias de sobrevivência. Esta Política Pública apresenta através dos serviços socioassistenciais, apoiada na implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), viabilizando em níveis de proteção social (Básica e Especial), com o objetivo de garantir o fortalecimento da convivência familiar e comunitária. Dessa forma, ainda em conformidade com esta reflexão, segundo Brasil (2004, p. 39) “[...] os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a família e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam”. Nessa esteira, o território é usado como uma estratégia operacional. De acordo com Brasil (2008),

[...] Assim, o município pode ser considerado um território, mas com múltiplos espaços intraurbanos que expressam diferentes arranjos e configurações socioterritoriais. Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos. (BRASIL, 2008, p. 54).

Nesse caminho, sabemos que os territórios são marcados por profundas contradições, justamente, por ser parte fundante da vida dos trabalhadores(as). Esta discussão do território nas políticas sociais vai para além da concepção do espaço. Por isso, levando em consideração este debate na política de assistência social, segundo Brasil (2008, p. 55)

[...] a compreensão que incorpora a dimensão territorial das políticas públicas reafirma a presença de múltiplos fatores sociais, econômicos, culturais nos diversos territórios, que levam o indivíduo, a família e as coletividades a serem expostos a agravos e vulnerabilidades sociais de diferentes naturezas e magnitudes”. (BRASIL, 2008, p. 55).

Posto isto, concluímos que o território vai para além de um espaço geográfico (JARDIM DA SILVA, et al., 2022). Não obstante, é nessa lógica que precisamos tensionar um debate no campo das políticas sociais, em especial, da assistência social. É importante levar em consideração a história dos usuários do ponto de vista da subjetividade. Os territórios resistem, são espaços aonde a classe trabalhadora está situada, de maneira nenhuma pode ser analisado como espaços de “desordem”. É necessário de articulação para contribuir no debate no campo das políticas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há homens que lutam um dia, e são bons; Há outros que lutam um ano, e são melhores; Há aqueles que lutam muitos anos, e são muito bons; Porém há os que lutam toda a vida, Estes são os imprescindíveis.
Bertolt Brecht

Esta reflexão do pensador acima, se expressa em seu sentido concreto, representando uma narrativa da ressignificação de dias melhores na busca de uma sociedade livre das amarras do capital. É tempo de lutar, em prol de uma sociedade cada vez mais justa, com justiça social para todos(as). É preciso de luta de classe e mobilização da classe trabalhadora para superarmos o capitalismo, Karl Marx (2013), vai discorrer que a luta de classe se faz a partir do cotidiano, com mobilização coletiva. Diante do exposto, este trabalho teve a pretensão de apresentar um debate atual apoiado em uma pesquisa bibliográfica e documental, com uma abordagem qualitativa. Buscou à luz da tradição marxista, apresentar uma discussão a respeito do território na PNAS, possibilitando uma análise no campo da teoria social crítica.

Portanto, não podemos deixar de pensar que o território é um dos espaços onde estão localizados os usuários do SUAS. É classe trabalhadora que resiste os ataques desse sistema capitalista, sobrevivendo a precariedade do trabalho e das políticas públicas sociais. Não obstante, destacamos ainda que este estudo é resultante de algumas aproximações teóricas sobre o objeto de estudo dos pesquisadores. Ressaltamos, que esta reflexão não termina aqui, mas abre a possibilidade de dialogar com os autores selecionados para subsidiar este debate. Por isso, concluímos que foram atingidos os objetivos desse artigo, mas deixamos uma provocação, é preciso resistir diante da expressiva onda do ultraneoliberalismo, que assola cada vez mais o serviço social brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Iraci de. **Território e assistência social**: uma análise do serviço social a partir da reprodução social do espaço. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2012.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem?. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez Editora, n. 140, jan./abr. p. 66-83, 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: MDS, 2004.

BRASIL. Lei Orgânica no 8.742, de 7 de Dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União 1993.

CARIAGA, Maria Helena. “... **Nas Redondezas da Cidade...**: Um estudo do Programa de Assistência Social à Família – PROASF na região Leste de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo: 2005.

FONTES, Virgínia. TV Boitempo. O que é acumulação primitiva?. YouTube, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/odEH0AEFMvc>. Acesso em: 15 de janeiro de 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009.

HARVEY, DAVID. O Espaço e o Tempo do Valor. **RDP**, Brasília, Volume 18, n. 97, 81-112, jan./mar. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no Capitalismo. **Temporalis**, n. 3, Brasília: ABEPSS, p. 09-32, 2001.

LIMA, T.C.S de; MIOTO, R.C.T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**, Florianópolis, v.10, spe, 2007.

LIMA, Rosa Maria Cortes de. **Abordagem territorial e a incorporação às políticas sociais**. Recife: Ed. UFPE, 2020.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MARX, Karl. **O capital**: a crítica a economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MENEZES, Jean Paulo Pereira de. **O método em Marx**: um estudo sobre o presente como síntese de múltiplas determinações. São José do Rio Preto, SP: Práxis Editorial, 2022.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. **Revista em Pauta**: Teoria Social & Realidade Contemporânea, Rio de Janeiro, n.19, 2007.

NETTO, José Paulo. Cincos notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, n. 3, Brasília: ABEPSS, p. 41-49, 2001.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo, **Ática**, 1993.

SILVA, Cristiane Pimentel. O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social. **Revista Serviço e Sociedade**. p. 34-51, 2019.

SILVA, Olga Tabarnã. **Reprodução social pela assistência social em Belém**: estudo ontológico reflexivo do cotidiano de usuários/as. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Belém: UFPA, 2022.

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 15-25 2007.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 4ª edição. São Paulo. Cortez, 2003.